



VETO TOTAL Nº 22 AO PROJETO DE LEI Nº. 14.442

<p>Diretoria Legislativa</p> <p>À Procuradoria Jurídica.</p> <p>Diretor <i>24/09/24</i></p>	Prazos:	Comissão	Relator
	projetos	20 dias	7 dias
	vetos	10 dias	-
	orçamentos	20 dias	-
	contas	15 dias	-
aprazados	7 dias	3 dias	
	Parecer CJ nº.	QUORUM: <i>MA</i>	

Parecer Digital		
	<input checked="" type="checkbox"/> CJR	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

Fls. 3
JCB

Ofício GP.L nº 242/2024

Processo SEI nº 32.761/2024

Câmara Municipal de Jundiá
Protocolo Geral nº 4802/2024
Data: 24/09/2024 Horário: 12:12
LEG -

PUBLICAÇÃO
04/10/2024

Apresentado.
Encaminhe-se às comissões indicadas:
Presidente
04/10/2024

REJEITADO
Presidente
08/10/24

Jundiá, 20 de setembro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente;
Senhores Vereadores:

Cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores que, com fundamento nos arts. 72, inciso VII, e 53, ambos da Lei Orgânica do Município, estamos apondo **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 14.442, de 2024, aprovado por essa egrégia Edilidade em sessão realizada no dia 3 de setembro de 2024, por considerá-lo inconstitucional, consoante as razões a seguir aduzidas.

Decorrente do projeto de lei nº 14.287, de 2024, do prefeito municipal, a Lei local nº 10.104, de 28 de fevereiro de 2024, que institui o Plano de Arborização Urbana, tem a seguinte previsão sobre a execução da poda e supressão:

Art. 35. A realização de corte ou poda de árvores no Município só será permitida a pessoas físicas ou jurídicas a seguir elencadas, observado o disposto nesta Lei:

I - funcionários de empresas contratadas pelo Poder Público, especializadas na poda e no corte de árvores, orientados por engenheiros agrônomos, engenheiros florestais ou biólogos habilitados da própria empresa, devidamente inscritos em seus respectivos órgãos de classe, desde que com a posse da Ordem de Serviço emitida e assinada pelo Departamento de Parques, Jardins e Praças;

II - funcionários de empresas concessionárias de serviços públicos, desde que com acompanhamento permanente



(Ofício GP.L nº 242/2024 - PL nº 14.442 – fls. 2)

de profissional habilitado, quais sejam, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal ou biólogo responsável, a cargo da empresa, atendendo aos seguintes itens:

- a) remoção dos resíduos gerados pelas podas por ela realizadas, em um prazo máximo de 48 horas corridas, desde que o resíduo não comprometa a segurança do viário e/ou acesso aos imóveis;
- b) adoção das melhores práticas de poda com o objetivo de preservar a saúde, o equilíbrio e a estabilidade dos indivíduos arbóreos submetidos ao procedimento;
- c) estabelecimento de prazos máximos para o atendimento das solicitações de podas de árvores demandadas pelos munícipes e pelo próprio Poder Público.

III - soldados do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, nas ocasiões de emergências, em que haja risco iminente para a população ou para o patrimônio, tanto público como privado, situações em que deverão ser comunicados os motivos e os serviços executados ao Departamento de Parques, Jardins e Praças, no prazo de até 5 (cinco) dias;

IV - empresas ou profissionais autônomos especializados, devidamente cadastrados ou credenciados na Prefeitura, desde que o serviço esteja autorizado pelo Departamento de Parques, Jardins e Praças, após análise e deferimento de processo protocolado pelo proprietário do imóvel contratante, constando laudo técnico corretamente embasado e cumprimento do ferino de Compensação para Supressão Arbórea, quando o caso.

§ 1º Os critérios de cadastramento e credenciamento previstos no inciso IV deste artigo serão estabelecidos por Decreto.

§ 2º Os laudos técnicos previstos no inciso IV deste artigo deverão conter:

- a) identificação do espécime avaliado;
- b) endereço onde se encontra o espécime;
- c) estado fitossanitário da árvore;
- d) justificativa da necessidade de intervenção;
- e) documentação fotográfica elucidativa;
- f) responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado com recolhimento de ART.



(Ofício GP.L nº 242/2024 - PL nº 14.442 – fls. 3)

§ 3º O manejo do espécime abordado deverá ser realizado conforme o Manual Técnico de Podas, com prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para execução, contados a partir do deferimento do pedido, após o qual o deferimento perderá o efeito.

§ 4º Quando se tratar de remoção de árvore, a autorização deve incluir o cumprimento do Termo de Compensação para Supressão Arbórea, a ser firmado e executado pelo proprietário do imóvel.

§ 5º As despesas dos serviços a serem executados de remoção, transporte de resíduos e atendimento ao Termo de Compensação para Supressão Arbórea estarão a cargo do proprietário interessado.

§ 6º No laudo de remoção deverá constar a viabilidade de plantio de outro exemplar arbóreo de porte adequado no mesmo local ou mesma fachada.

Verifica-se, pois, que não há, propriamente, abordagem de tema ambiental. Por outro lado, consta do autógrafo o seguinte acréscimo com revelada característica ambiental, a saber:

Art. 35-A. A remoção, destocamento e poda de árvore serão feitas somente mediante prévia análise, técnica e qualificada, que verifique eventual presença de abelhas solitárias em troncos ou galhos que, caso seja constatada, as partes em que elas estejam hospedadas poderão ser levadas a parques ou áreas verdes para que o ciclo natural de polinização seja preservado. (NR)

Consta da justificativa do projeto de lei que "embora pouco conhecidas popularmente, as abelhas chamadas solitárias são parte dos nossos ambientes. Elas são espécies estudadas por biólogos especializados, não produzem mel e têm vida curta, sendo especialmente importantes para a polinização, sobretudo em épocas do ano, como a primavera, e para árvores fruteiras", destacando-se ainda:

(...)

Estudo recente da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, revela que existem mais de 20 mil espécies de abelhas no planeta Terra. Dessas,



(Ofício GP.L nº 242/2024 - PL nº 14.442 – fls. 4)

85% são solitárias. Segundo especialistas, o comportamento solitário é caracterizado pela independência das fêmeas na construção e aprovisionamento de seus ninhos, “não há cooperação, ou divisão de trabalho, entre as fêmeas de uma mesma geração, ou entre mãe e filhas. Na maioria das vezes, a mãe morre antes de sua prole emergir, sem haver relações entre gerações diferentes”, cita a pesquisa. Dessa forma, as abelhas solitárias são extremamente eficientes e, muitas vezes, esquecidas quando se discute a preservação. Tanto é que cresce o número de projetos que defende a criação de casas ou 'hotéis' de abelhas para serem colocados em jardins, áreas verdes ou parques.

Além da promoção dessas instalações, que podem ser feitas até por crianças, defendo neste projeto de lei a relevância de termos equipes de remoção ou poda de árvores cientes dessa realidade que possam observar a presença das abelhas em troncos e galhas e, assim, avaliarem a remoção da árvore.

(...)

Anota-se, a respeito, que há competência administrativa comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios de proteger o meio ambiente (art. 23, inc. VI, da Constituição federal), porém a competência legislativa é mais restrita, sendo concorrente apenas entre União, Estados e Distrito Federal para a proteção do meio ambiente (art. 24, inc. VI, da mesma Carta).

Nada obstante, a jurisprudência constitucional admite a competência legislativa municipal sobre meio ambiente quando atendidas as peculiaridades locais. A propósito, na linha do tema nº 145 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, faz-se mister a demonstração casuística do interesse local apto a justificar legislação municipal sobre meio ambiente. Confira-se (destacou-se):

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da CRFB).

STF, Pleno, RE nº 586.224, rel. Min. Luiz Fux, j. 5 mar. 2015, Tema nº 145 da Repercussão Geral.



(Ofício GP.L nº 242/2024 - PL nº 14.442 – fls. 5)

Todavia, não se encontra, na justificativa do projeto de lei, nenhuma menção a particularidades jundiaenses, parecendo, mesmo, que o tema seja bastante abrangente por se registrar abelhas solitárias no mundo todo. Assim, em questões ambientais, cujo sistema de repartição legislativa admite a competência municipal excepcionalmente, acaba por haver mister a revelação de sua causa sob pena de certa dificuldade (destacou-se):

Outra alteração que se deu com a nova carta de 1988 foi a inclusão da possibilidade do ente municipal legislar suplementando a norma federal e estadual, inclusive nas matérias dispostas no artigo 24, da Constituição Federal, suprimindo omissões e lacunas, mas sem confrontá-las: em que pese a nova permissibilidade de competência municipal, deve ela ser analisada com cautela, levando-se em consideração cumulativamente o interesse local disposto no inciso I, do mesmo artigo 30 e a competência comum prevista nos incisos V e VI, do artigo 23.

MUKAI, Toshio. *Direito Ambiental sistematizado*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

Os Municípios podem legislar sobre direito ambiental, desde que o façam fundamentadamente. (...) A Turma afirmou que os Municípios podem adotar legislação ambiental mais restritiva em relação aos Estados-membros e à União. No entanto, é necessário que a norma tenha a devida motivação.

STF, 2ª Turma, ARE nº 748.206 AgR, rel. Min. Celso de Mello, j. 14 mar. 2017, Informativo nº 857.

Neste particular, conforme decidido pela Suprema Corte no tema nº 145 de sua repercussão geral, exige-se, à permissão de legislação ambiental municipal, a presença transparente e declarada de interesse local, o que deveria vir esclarecido ante alguma peculiaridade geográfica, social ou outra particularidade da comunidade municipal a que se refira, circunstâncias estas ausentes no caso em testilha.

Deveras, no Recurso Extraordinário nº 586.224, que serviu de *leading case* sobre o tema nº 145 da repercussão geral, muito se debateu sobre o interesse local, afinal para o considerar inexistente no caso do Município de Paulínia, em



(Ofício GP.L nº 242/2024 - PL nº 14.442 – fls. 6)

regramento sobre proibição da queima da palha de cana-de-açúcar (que é uma realidade a afetar inúmeros municípios de estado com região canavieira), ante a existência, naquele caso, de legislação estadual a respeito. Confirmam-se, por pertinentes, trechos do voto condutor do Ministro Luiz Fux, em que conclui deva a análise ocorrer em cada caso concreto (destacou-se):

(...)

Se o questionamento é simples, o mesmo não se pode dizer de sua solução, que é bastante complexa. Basta compreender que sua solução envolve o conceito de interesse local e a definição *in concreto* dos limites, estabelecidos pela Constituição, da competência legislativa dos entes da federação.

Ao tentar traçar um esboço do conceito de interesse local, é interessante observar o ensinamento do eminente doutrinador Hely Lopes Meireles, segundo o qual “se caracteriza pela predominância e não pela exclusividade do interesse para o município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau, e não de substância.” (Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1996. p. 121.)

Falei especificamente em conceito de interesse local, ao invés de definição, visto que, esta somente será obtida mediante análise de cada caso concreto. Daí, a necessidade de se ter em mente a lição acima transcrita, pois é precisamente o que se passa neste julgamento: o meio ambiente equilibrado é interesse de todos os entes da federação, sendo imprescindível, para a solução correta do problema, identificar qual é o predominante.

(...)

À vista de todo quadro trazido a este Plenário, em nome da manutenção da autoridade da Constituição, seja no plano político e socioeconômico no exercício do reconhecimento e respeito aos direitos fundamentais, seja no plano jurídico, o qual também tem na distribuição de competências, a necessidade de imposição da manutenção do pacto federativo, não se pode permitir a permanência da norma questionada em vigor,



(Ofício GP.L nº 242/2024 - PL nº 14.442 – fls. 7)

sendo certo que o respeito à lei estadual paulista nº 11.241/02 reflete a harmonia exigida pela nossa Carta Magna.

Ex positis, conheço e dou provimento ao presente recurso extraordinário para declarar a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.952, de 20 de dezembro de 1995, do Município de Paulínia.

Enfim, a inserção da nova regra como art. 35-A parece fazer sentido, considerando que o art. 35 cuida das ações de poda e supressão; entretanto, o projeto de lei ora em análise acrescenta a "Subseção I - da preservação das abelhas solitárias", à seção IV do capítulo V, quando deveria acrescentar, mais corretamente, a "Subseção V" do mesmo capítulo e seção, como se pode perceber:

Capítulo V - Da instrumentalização do Plano de Arborização Urbana (arts. 10 e 11);

- Seção I - Da divisão da Unidade de Desenvolvimento Ambiental (art. 12);
- Seção II - Da divisão do Jardim Botânico de Jundiaí (arts. 13 e 14);
- Seção III - Dos critérios técnicos para arborização (arts. 15 a 22);
- Subseção I - Da proteção à arborização (arts. 23 a 27);
- Seção IV - Manual técnico de poda (art. 28);
- Subseção I - Da condição para poda e supressão (arts. 29 e 30);
- Subseção II - Do Departamento de Parques, Jardins e Praças (art. 31);
- Subseção III - Da solicitação e autorização para poda e supressão (arts. 32 a 34); e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

Fls. 10
JGB

(Ofício GP.L nº 242/2024 - PL nº 14.442 – fls. 8)

- Subseção IV - Da execução da poda e supressão (art. 35).
- *Subseção I - Da preservação das abelhas solitárias (art. 35-A).*

Assim, muito embora tenha restado claro o nobre intuito trazido pelo Edil propositor, sufragado por seus pares, visualiza-se, sob o aspecto constitucional, a violação à competência legislativa (artigos 24, inc. VI, c/c 30, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil), na linha do entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal no tema nº 145 de sua repercussão geral.

Por todo o exposto, caracterizado o vício de inconstitucionalidade sobre o autógrafo, não resta outra conduta a não ser o veto para impedir sua transformação em lei, eis que demonstradas as razões que maculam a presente iniciativa, de modo que os nobres Vereadores não hesitarão em manter o **VETO TOTAL** ora apostado.

Nesta oportunidade, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



LUIZ FERNANDO MACHADO

Prefeito

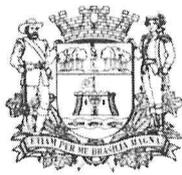
Ao

Exmo. Sr.

Vereador ANTONIO CARLOS ALBINO

Presidente da Câmara Municipal

NESTA



PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 1504

VETO Nº 22 AO PROJETO DE LEI Nº 14.442/24

PROCESSO Nº 4802

Trata-se de veto total ao projeto de lei nº **Nº 14.442** de autoria do vereador Faouaz Taha o qual altera a Lei nº 10.104/2024, que instituiu o Plano de Arborização Urbana, para prever a preservação de abelhas solitárias em troncos removidos ou de árvores a serem podadas.

É o relatório

PARECER:

O parecer jurídico nº 1467/24 anota que o projeto respeita o art. 6º, “caput”, art. 7º, VI e VII e art. 13, I, c/c o art. 45, ambos da Lei Orgânica de Jundiaí, ao legislar sobre assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, conforme art. 30, inc. I e II, da Constituição Federal, deferindo aos vereadores a deflagração dessa modalidade de projeto de lei.

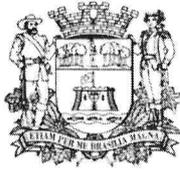
O Chefe do Executivo, na contramão do entendimento desta casa, compreende que o projeto ofende as regras de competência esculpidas na Constituição Federal, registrando—se, nos seus termos “(...) *nenhuma menção a particularidades jundiaienses, parecendo, mesmo, que o tema seja bastante abrangente por se registrar abelhas solitárias no mundo todo*”. Conclui o Chefe do Executivo:

“(...) Assim, muito embora tenha restado claro o nobre intuito trazido pelo Edil proponente, sufragado por seus pares, visualiza-se, sob o aspecto constitucional, a violação à competência legislativa (artigos 24, inc. VI, c/c 30, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil), na linha do entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal no tema nº 145 de sua repercussão geral.

A argumentação apresentada no veto não está em consonância com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a qual assegura a competência legislativa municipal em matéria de legislação ambiental:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LEI MUNICIPAL 4.253/85 DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. PREVISÃO DE IMPOSIÇÃO DE MULTA DECORRENTE DA EMISSÃO DE FUMAÇA ACIMA DOS PADRÕES ACEITOS. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OFENSA À REGRA CONSTITUCIONAL DE REPARTIÇÃO DE





COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS. INOCORRÊNCIA.
NORMA RECEPCIONADA PELO TEXTO VIGENTE.
RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA
PROVIMENTO.

1. Nos casos em que a dúvida sobre a competência legislativa recai sobre norma que abrange mais de um tema, deve o intérprete acolher interpretação que não tolha a competência que detêm os entes menores para dispor sobre determinada matéria (presumption against preemption).

2. Porque o federalismo é um instrumento de descentralização política que visa realizar direitos fundamentais, se a lei federal ou estadual claramente indicar, de forma adequada, necessária e razoável, que os efeitos de sua aplicação excluem o poder de complementação que detêm os entes menores (clear statement rule), é possível afastar a presunção de que, no âmbito regional, determinado tema deve ser disciplinado pelo ente menor.

3. Na ausência de norma federal que, de forma nítida (clear statement rule), retire a presunção de que gozam os entes menores para, nos assuntos de interesse comum e concorrente, exercerem plenamente sua autonomia, detêm Estados e Municípios, nos seus respectivos âmbitos de atuação, competência normativa.

4. Recurso extraordinário a que se nega provimento.
(negrito por nós)

(STF. RE 194704, Relator(a): CARLOS VELLOSO, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 29-06-2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-261 DIVULG 16-11-2017 PUBLIC 17-11-2017)

Se ao município é deferida a Competência legislativa de instituir multas pela emissão de fumaça por veículos automotores, em seu perímetro urbano, nos termos da jurisprudência do STF, pelas mesmas razões de direito, deve ser compreendida como constitucional a possibilidade de instituição pela via legislativa de mecanismos de proteção à fauna silvestre.

Noutro giro, a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal impõe uma interpretação maximalista ao conceito de interesse local, prestigiando as iniciativas legislativas de temas eleitos como relevantes pela edilidade, uma vez que não há critério objetivo seguro para verificar se uma matéria transcende o interesse local:





(...) o entendimento desta Suprema Corte é firme no sentido de que as edilidades detêm competência para legislar sobre assuntos de interesse local, mesmo que de modo reflexo tratem de direito comercial ou do consumidor.

(...) **Por outro lado, parece-me salutar que a interpretação constitucional de normas desse jaez seja mais favorável à autonomia legislativa dos municípios**, pois foi essa a intenção do constituinte ao elevá-los ao status de ente federativo em nossa Carta da República

(...) É dizer, a rigor, a situação disciplinada na Lei Municipal 4.845/2009, pode, sim, ser observada em qualquer parte do país, do mesmo modo como a regulação do tempo máximo de espera em filas de banco (Tema 272 da Repercussão Geral 2), ou mesmo o tempo máximo de espera para atendimento em caixas de supermercado (RE 818.550-AgR/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma).

Não há, de fato, um critério objetivo que possa balizar de maneira absolutamente segura se a matéria normatizada transcende o interesse local. Porém, em tais circunstâncias, devemos prestigiar a vereança local, que bem conhece a realidade e as necessidades da comunidade. (negrito por nós)

(STF. RE 1052719 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 25-09-2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-201 DIVULG 16-09-2019 PUBLIC 17-09-2019)

Por esta razão, não prospera a argumentação constante no veto no sentido de que inexistem particularidades jundiaenses aptas a justificar o referido projeto, uma vez que inexistindo norma federal ou estadual que de forma nítida regulamente a matéria a interpretação mais consentânea à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vai no sentido de prestigiar as iniciativas locais.

Ademais, a regulamentação proposta respeita o princípio da separação de funções estatais (art. 2º da CF), uma vez que a análise técnica que verifique a eventual presença de abelhas solitárias em troncos ou galhos será realizada pelos órgãos especializados integrantes do Poder Executivo.

Assim, sob o aspecto estritamente jurídico, o projeto não está maculado das ilegalidades apontadas no veto.

Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.





CONCLUSÃO

Por isso, opina-se pela rejeição do veto oposto pelo Chefe do Executivo.

O veto deverá ser encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, nos termos do art. 207 do Regimento Interno da Casa.

Em conformidade com a Constituição da República e a Lei Orgânica de Jundiaí, a Câmara deverá apreciar o veto dentro de 30 dias, contados de seu recebimento, só podendo rejeitá-lo pelo voto da maioria absoluta dos seus membros (art. 66, § 4º. C.F., c/c o art. 53, § 2º, da L.O.J.). Exaurido o prazo mencionado sem deliberação do Plenário, o veto será pautado para a Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas todas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o “caput” do art. 62 da Constituição Federal, c/c o art. 53, § 3º da Carta Municipal.

Jundiaí, 27 de setembro de 2024.

Fábio Nadal Pedro
Procurador Geral

Gabriel de Jesus Ruivo da Cruz
Procurador Jurídico

Gabriel G. Flausino Negrini
Estagiário de Direito

Gabriela Hapuque S. Silva
Estagiária de Direito

Assinado digitalmente
por GABRIEL DE JESUS
RUIVO DA CRUZ
Data: 27/09/2024 10:54

Assinado digitalmente
por FABIO NADAL
PEDRO
Data: 27/09/2024 12:06





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO 4802/2024

VETO TOTAL n.º 22 ao **PROJETO DE LEI N.º 14.442**, do Vereador **FAOUAZ TAHA**, que altera a Lei 10.104/2024, que instituiu o Plano de Arborização Urbana, para prever a preservação de abelhas solitárias em troncos removidos ou de árvores a serem podadas.

PARECER 899

Retorna para análise, nos termos do art. 207 do Regimento Interno, a presente proposta, por força de oposição de **VETO TOTAL**, pelo Sr. Alcaide à matéria, alegando que “O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da CRFB), todavia, não se encontra, na justificativa do projeto de lei, nenhuma menção a particularidades jundiaenses, parecendo, mesmo, que o tema seja bastante abrangente por se registrar abelhas solitárias no mundo todo”.

Cumpramos destacar, que o veto em exame vem acompanhado pelo parecer n.º 1.504, da Procuradoria Jurídica da Casa, que reitera constitucionalidade da propositura, não vislumbrando o vícios apontados.

Isso posto, esta Comissão se manifesta pela **REJEIÇÃO** do veto.

Sala das Comissões, 1.º de outubro de 2024.

Eng.º MARCELO GASTALDO
Presidente e Relator

EDICARLOS VIEIRA
“Edicarlos – Votor Oeste”

ENIVALDO RAMOS DE FREITAS
“Val Freitas”

FAOUAZ TAHA

ROGÉRIO RICARDO DA SILVA



Assinado digitalmente
por MARCELO
ROBERTO GASTALDO
Data: 01/10/2024 09:21

Assinado digitalmente
por FAOUAZ TAHA
Data: 01/10/2024
09:27

Assinado digitalmente
por EDICARLOS
VIEIRA
Data: 01/10/2024 09:40

Assinado digitalmente
por ROGERIO
RICARDO DA SILVA
Data: 01/10/2024 10:11

Assinado digitalmente
por ENIVALDO
RAMOS DE FREITAS
Data: 01/10/2024 11:10



Fls. 14
[Handwritten signature]



Of. PR-DL 175/2024

Jundiaí, em 08 de outubro de 2024

Exmº Sr.
LUIZ FERNANDO MACHADO
Prefeito Municipal
JUNDIAÍ

Reportando-me ao Projeto de Lei nº 14.442, informo que o VETO TOTAL (objeto do ofício GP.L nº 242/2024) foi REJEITADO na sessão ordinária ocorrida na presente data.

Reencaminho-lhe portanto o autógrafo (cópia anexa), para os fins do estabelecido na Lei Orgânica de Jundiaí (art. 53, § 4º).

A V.Exª, mais, os meus respeitos.

ANTONIO CARLOS ALBINO
Presidente

/hér

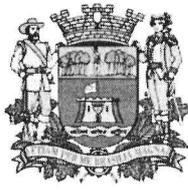
RECEBIDO

[Handwritten signature]

Em 08/10/24



PR/DL Nº 175/2024 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Antonio Carlos Albino. Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://sapl.jundiaí.sp.leg.br/conferrir_assinatura e informe o código 181A-32F9-A467-BC20



Autógrafo

PROJETO DE LEI Nº 14.442

Altera a Lei 10.104/2024, que instituiu o Plano de Arborização Urbana, para prever a preservação de abelhas solitárias em troncos removidos ou de árvores a serem podadas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 03 de setembro de 2024 o Plenário aprovou:

Art. 1º. A Lei nº. 10.104, de 28 de fevereiro de 2024, que instituiu o Plano de Arborização Urbana, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes dispositivos:

“Capítulo V

(...)

Seção IV

(...)

Subseção I

Da preservação das abelhas solitárias

Art. 35-A. A remoção, destocamento e poda de árvore serão feitas somente mediante prévia análise, técnica e qualificada, que verifique eventual presença de abelhas solitárias em troncos ou galhos que, caso seja constatada, as partes em que elas estejam hospedadas poderão ser levadas a parques ou áreas verdes para que o ciclo natural de polinização seja preservado.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em três de setembro de dois mil e vinte e quatro (03/09/2024).

ANTONIO CARLOS ALBINO

Presidente

Assinado digitalmente
por ANTONIO
CARLOS ALBINO
Data: 03/09/2024 11:11

Elt





Of. PR-DL 184/2024

Jundiaí, 14 de outubro de 2024

Exmº Sr.
LUIZ FERNANDO MACHADO
Prefeito Municipal

A Vossa Excelência apresento cópia da Lei nº 10.252, de 11 de outubro de 2024, promulgada por esta Presidência por força da rejeição ao veto total do Projeto de Lei nº 14.442/2024.

Apresento, mais, respeitosas saudações.

ANTONIO CARLOS ALBINO
Presidente

RECEBI	
Nome:	<u>Handlee</u>
Em	<u>15 / 10 / 2024</u>

avjo





LEI Nº 10.252, DE 11 DE OUTUBRO DE 2024

Altera a Lei 10.104/2024, que instituiu o Plano de Arborização Urbana, para prever a preservação de abelhas solitárias em troncos removidos ou de árvores a serem podadas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme a rejeição de veto total pelo Plenário em 08 de outubro de 2024, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº. 10.104, de 28 de fevereiro de 2024, que instituiu o Plano de Arborização Urbana, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes dispositivos:

“Capítulo V

(...)

Seção IV

(...)

Subseção I

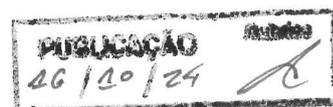
Da preservação das abelhas solitárias

Art. 35-A. A remoção, destocamento e poda de árvore serão feitas somente mediante prévia análise, técnica e qualificada, que verifique eventual presença de abelhas solitárias em troncos ou galhos que, caso seja constatada, as partes em que elas estejam hospedadas poderão ser levadas a parques ou áreas verdes para que o ciclo natural de polinização seja preservado.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em onze de outubro de dois mil e vinte e quatro (11/10/2024).

ANTONIO CARLOS ALBINO
Presidente





Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em onze de outubro de dois mil e vinte e quatro (11/10/2024).

GABRIEL MILESI
Diretor Legislativo

Assinado digitalmente
por ANTONIO
CARLOS ALBINO
Data: 14/10/2024 10:52

avjo



VETO 22 AO PROJETO DE LEI Nº. 14.442

Juntadas:

fls. 2 a 10 em 24/09/24 - Julio

fls. 11 e 13. em 02/10/24 - Hã.

fls. 14 em 08/10/24 - A

fls. 15-17 em 15/10/24 - A

Observações: